

Desportos de Natureza: reflexões sobre a sua definição conceptual

Ricardo José Espírito Santo de Melo

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Coimbra

Resumo

Este artigo tem como principal objectivo realizar uma reflexão crítica em torno do conceito de “Desportos de Natureza”. Explicaremos a necessidade de estabelecer o debate teórico sobre este conceito, tendo em conta a indispensabilidade de delimitar o campo de análise de investigações científicas que tenham estas actividades como objecto de estudo. De seguida, procuraremos responder aos principais desafios teóricos que nos são levantados relativamente a esta questão conceptual: a) Poderão estas práticas corporais desenvolvidas em meio natural ser consideradas desportos?; b) Como enquadrar numa só definição um conjunto de termos que sugerem a prática de actividades distintas em meio natural?; c) Qual o significado de Natureza na perspectiva das práticas corporais em meio natural? Apresentamos, por fim, , uma proposta conceptual fundamentada, que permite uma definição integrada das actividades que o conceito de Desportos de Natureza abrange.

Palavras-chave

Desportos de Natureza, Desporto, Natureza, Lazer

Abstract

The aim of this article is to perform a critical reflection about the concept of Nature Sports. We will start by explaining the need to establish the theoretical debate about this concept, keeping in mind the requirement for limiting the field of analysis of the scientific research developed with these activities as main subject. Next, we will try to answer to the main theoretical challenges which are raised upon this conceptual question: a) Can these body practices in natural environment be considered as sports?; b) How can we include, in only one definition, the group of terms suggesting the practice of distinct activities in the natural environment?; c) What is the meaning of Nature in the perspective of the body practices in the natural environment? In the end we will present a reasoned conceptual propose, which allows an integrated definition of the activities that the concept of Nature Sports enclose.

Key-words

Nature sports, Sport, Nature, Leisure

1. Notas iniciais sobre as práticas corporais em meio natural

O desporto é hoje considerado como um dos maiores e mais importantes fenómenos sociais. *Por um lado (...) tem sido influenciado pela dinâmica social, a partir da comunicação global iniciada, fundamentalmente com as novas tecnologias, por outro, o próprio desporto, numa espécie de regresso ao passado, começou também a influenciar a própria sociedade, não só a partir dos padrões de moda que impõe, como também pelos estilos de vida que organiza para a sociedade actual, sobretudo naquilo que diz respeito à gestão do tempo livre* (Pires, 1995: p. 29).

De certa forma, novos hábitos e valores associados ao desporto surgem a partir da campanha internacional lançada pelo Conselho da Europa em 1966, denominada por “Desporto para Todos”, consolidado mais tarde pela Carta Europeia do Desporto (1992), cujo enunciado expõe e define a prática desportiva como um direito fundamental de todos os cidadãos. Este documento torna-se, aliás, num instrumento político-ideológico e um marco extremamente importante neste movimento, que origina o desenvolvimento de um novo paradigma, especialmente na Europa, e que torna o desporto, para além da vertente competitiva, num espaço de satisfação das novas necessidades sociais, de fuga à rotina, de procura da evasão, da aventura e do risco (Marivoet, 2002; Gomes, 2008).

Associado à crescente democratização da prática desportiva operada por este movimento, mas também através do aumento das preocupações com a sustentabilidade do planeta, têm sido gerados novos hábitos e comportamentos de consumo (Dias, Melo & Júnior, 2007), o aumento significativo da prática de actividade física desportiva, associada quer à valorização do tempo de lazer, quer à busca de actividades de ar livre (Costa, 2007) e o crescimento, valorização e difusão dos desportos praticados na natureza (Dias, Melo & Júnior, 2007). Estas actividades praticadas em contacto com a natureza estão a consolidar-se desde há 30 anos como um dos grupos mais sólidos e com mais futuro no âmbito da nova cultura corporal (Bétran & Bétran, 1995a), pois cada vez existe uma maior necessidade de contacto com a natureza, de procura de sensações e emoções numa sociedade demasiado rotineira e controlada, de procura de novos estados de consciência numa sociedade dessacralizada e laica, e um novo modo de viver o tempo livre (Miranda, Lacasa & Muro 1995).

A crescente procura deste tipo de actividades desportivas apresenta, também, novos desafios à investigação na tentativa de explicar este fenómeno nas suas diversas dimensões (Dias, Melo & Júnior, 2007), reflectindo-se no aumento considerável de trabalhos de índole académico realizados no âmbito deste tema. Todavia estes têm, no entanto, levantado alguns problemas aquando da delimitação conceptual do seu campo de investigação, pois têm proliferando diversos termos distintos entre si, cada qual com um conjunto de pressupostos teóricos subjacentes, e que, geralmente, não têm sido alvos

de atenção (Dias, 2007).

Algumas reflexões e conclusões desenvolvidas no campo desportivo aplicam-se, também, a estas novas modalidades, embora tenham vindo a introduzir, simultaneamente, novos problemas e desafios a essas teorizações, das quais se destacam os problemas conceptuais. De facto, concordamos com Dias & Júnior (2006) quando afirmam que as problemáticas conceptuais dos desportos, quer seja nas suas novas adjectivações, quer seja nas definições sociais e academicamente estabelecidas, mostram que esta discussão é insuficiente, ainda mais quando nos referimos às recentes práticas realizadas na natureza, cujo tempo e esforço dedicados têm sido insuficientes para a sua compreensão. Acresce, a isso, o carácter eminentemente polissémico, inerente ao próprio conceito de desporto. Procuraremos assim, ao longo deste artigo, reflectir sobre as práticas corporais realizadas na Natureza, tentando clarificar e defini-las conceptualmente.

2. Desportos de Natureza: um problema conceptual

Ao iniciarmos o debate em torno desta problemática conceptual teremos que considerar algumas dificuldades que nos apresenta a sua delimitação teórica. Em primeiro, as práticas corporais em meio natural, pelo carácter de ruptura que assumem em relação aos desportos tradicionais, pelas motivações, modelos, objectivos, condições e espaços bastante distintos, levam ao questionamento da utilização do termo desporto para as definir. As próprias ambiguidades e contradições do conceito de desporto dificultam a definição deste campo, impedindo uma aceitação de um fenómeno que compõe uma mesma categoria de análise (Dias, Melo & Júnior, 2007). Neste sentido parece-nos claro que, antes de podermos afirmar que estas actividades se possam inserir no campo desportivo, seja importante começarmos por debater o próprio conceito de desporto, para estabelecer as categorias conceptuais a serem analisadas. Gustavo Pires (1994: p. 43) refere-nos que é (...) *absolutamente necessário sermos possuidores de uma ideia esclarecida sobre aquilo que entendemos por desporto, na medida em que o cumprimento deste objectivo, facilita-nos, em qualquer momento, a compreensão da problemática da organização e gestão das práticas desportiva, bem como do seu processo de planeamento (...)*, ao que acrescentamos também, a uma melhor compreensão do campo de análise em investigações e estudos científicos.

As actividades desportivas são referidas por alguns autores, na linha de pensamento de Jean Marie-Brohm (1976), que de forma intransigente e sem a pluralidade de manifestações que se devem admitir, como actividades corporais de movimento com um carácter de competição, guiada pelos princípios do rendimento e pelas características formais e ocupacionais do campo desportivo, conduzem ao risco de tornar o desporto uma reprodução fiel do mundo do trabalho, eliminando por completo os elementos

lúdicos, onde não seriam claramente enquadráveis as práticas corporais que ocorrem em meio natural.

O Desporto deve ser entendido como um fenómeno social mais amplo que acompanha os novos valores e tendências da sociedade, não significando que se deva negar a ideia de competição no desporto, mas sim, não menosprezar o seu carácter lúdico (Dias, Melo & Júnior, 2007).

Pelo contrário, também não podemos incorrer no erro de reduzir a compreensão das práticas corporais em meio natural numa vertente de carácter exclusivamente cooperativista, oposto à competição, pois o carácter competitivo está presente, pelo deslocamento do elemento competitivo com o adversário para si mesmo, pelos desafios pessoais que se colocam, ou para o próprio meio ambiente, pelo carácter imprevisível e pelos obstáculos que encerra. O desporto não pode ser considerado uma prática cultural com sentido unívoco e compartimentado, por um lado como uma manifestação do espectáculo e do rendimento, ou por outro, como uma expressão do lazer e do lúdico, ou seja, não existe um desporto exclusivamente competitivo ou unicamente cooperativista.

Na nossa opinião, deveremos compreender o fenómeno desportivo como uma visão multidimensional que nos permita entender a complexidade dos vários aspectos que a compõem, tendo em conta as questões económicas, pedagógicas, culturais, organizacionais e políticas, tal como o Modelo Pentadimensional de Geometria Variável. Este modelo considera o conceito de desporto como uma estrutura aberta, de acordo com as diversas componentes de cinco elementos (jogo, movimento, agonística, instituição, projecto) considerados de forma a que cada um deles, de acordo com a geometria conveniente, por si, e em conjunto, possam interagir de acordo com os objectivos que se pretendem atingir, as metodologias a empregar e os destinatários a considerar. Tal como afirma Pires (1994: p. 60), (...) *só assim o desporto está ao serviço das pessoas e não estas ao serviço do desporto.*

Para definir o conceito de desporto podemos, ainda, salientar o contributo dado pela Carta Europeia do Desporto (1992: p. 3) que o define como (...) *todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.* Entendemos assim que, tal como Pires (1994: p. 60), (...) *na realidade, o desporto é uno mas não é unicitário, pois pode ser desenvolvido através de uma enorme e inesgotável multiplicidade de práticas desportivas, de acordo com a vontade, os gostos e os desejos de cada um.*

Desta forma, discordamos daqueles que denominam as práticas corporais em meio natural de outra designação que não a de desporto pois, de acordo com Dias, Melo &

Júnior (2007), podemos classificá-las e enquadrá-las claramente nesse campo, como uma sub-cultura deste fenómeno, integrando uma área desportiva mais ampla, ainda que cada modalidade específica possa ser apreendida de forma diferente, mas sempre com referências comuns.

Esclarecidas e fundamentadas as dimensões do desporto que actualmente se admitem e que nos levam a considerar tais práticas desportivas de natureza como modalidades desportivas, dois problemas conceptuais importam explorar. Por um lado, considerar a existência de diversos termos utilizados que denominam um conjunto de actividades como o montanhismo, o “surf”, o parapente e a canoagem, cada qual com um conjunto de pressupostos teóricos distintos (Dias, 2007) e, por outro lado, considerar um conceito que permita abranger uma diversidade de modalidades tão díspares.

Justificando esta problemática, Dias & Júnior (2006: p. 141) referem que os termos utilizados para designar e caracterizar essas práticas são difusos, imprecisos e pouco consensuais, pois, (...) *a dificuldade de se elaborar um conceito que possa definir e caracterizar com alguma precisão essas práticas acaba por criar uma dificuldade adicional para as suas investigações* (...). De facto, é frequente serem apresentados muitos conceitos para designar um mesmo objecto de estudo.

Diversas propostas têm sido apresentadas na tentativa definir as práticas corporais em meio natural, das quais salientamos:

- 1) *Actividades de ar livre* – “Plein Air”: esta proposta surgiu na segunda metade do século XIX, tendo como principal ideia a actividade física em meio natural, num ambiente saudável (Bessy & Mouton, 2004);
- 2) *Movimentos Naturalista* de Hébert e *Escutista* de Baden-Powell: estes movimentos surgem no final do século XIX e início do século XX, respectivamente. O pilar básico destes movimentos é a defesa do retorno à natureza como forma de contrariar a decadência moral e física dos europeus, em contraste com o vigor dos povos de outros continentes (Vigarello, 1983; Sobral, 1985; Bessy & Mouton, 2004).
- 3) *Desportos Californianos*: esta designação deve-se à origem geográfica e cultural destes desportos, que surgem nos anos 60, do século XX, na Califónia - EUA; mas também devido à sua “estrutura motriz” e a uma “estilo” particular das práticas: surf, windsurf, voo-livre, skate-board, freesbe, etc. (Pociello, 1986). Estes desportos são encarados como uma filosofia pacifista e ecologista, onde os praticantes procuram uma harmonia com a natureza, através de uma prática livre e emocional, que se opõe à perspectiva competitiva (Pociello, 1986; Vigarello, 1986; Bessy & Mouton, 2004).

- 4) *Actividades de Ar Livre e Exploração*: preconizado por Araújo (1983), esta designação surge em Portugal, no início da década de oitenta, sob a ideia de um conjunto de actividades que estabelecem o contacto entre o indivíduo, a natureza e os seus elementos naturais.
- 5) *Actividades Físicas de Natureza* – “Activités Physiques de Plein Nature”: esta proposta surge entre a década de oitenta e noventa, através do desenvolvimento de actividades com o objectivo de progredir (com ou sem engenho) na natureza, estando presente um risco relativo, associado à incerteza do meio (Bessy & Mouton, 2004). Nesta perspectiva, o praticante não pretende integra-se no meio, sendo este apenas o local de prática das actividades (Moreira, 2007).
- 6) *Desportos de Aventura* – “Adventure”/“Aventure”: esta denominação engloba as actividades físicas, praticadas em meio natural, que respeitam um conjunto de regras e são praticadas com o constante aparecimento de situações imprevistas (Vanloubbeeck, 2000) e conotados com um forte sentido de risco e incerteza (Betrán, 2003).
- 7) *Desportos Radicais*: esta designação abrange as modalidades que configuram uma grande descarga de adrenalina, na tentativa de alcançar objectivos exigentes aos quais estão, normalmente, associados factores de risco. Estas práticas estão relacionadas com habilidades “radicais” que dependem de engenhos (e.g. prancha de “surf”, tábua de “snowboard”, etc.), que permitem utilizar a força da gravidade para proporcionar o maior número de soluções possíveis, e que possam superar as forças da natureza: o ar, o solo e a água (Tomlinson, 1997).
- 8) *Desportos Extremos* – “Extreme Sports”: este termo foi generalizado a partir dos anos 80, associado às actividades relacionadas com feitos grandiosos, excessivos ou imoderados, que são levadas ao extremo para atingir os limites (Le Scanff, 2000).
- 9) *Desportos de deslize* – “Sports de Gliss”: são as actividades que recorrem à utilização das energias da natureza como um meio de propulsão, que proporciona o deslizamento na água no ar ou na terra (Lacroix, 1985; Pociello, 1986).

Betrán & Betrán (1995b) apresentam um termo e uma sigla para designar estas práticas: *Actividades Físicas de Aventura na Natureza* (AFAN). Tais práticas referem-se segundo os autores, a actividades que se fundamentam no deslizamento sobre superfícies naturais, nas quais o equilíbrio dinâmico para evitar as quedas e a velocidade de deslocamento, aproveitando as energias da natureza (eólica, das ondas, das marés, dos cursos fluviais ou a força da gravidade), constituem os diversos níveis de risco controlado nos quais a aventura se baseia. Desta definição fica claro que algumas das actividades que

consideramos enquadráveis neste tipo de práticas, ficam de fora deste conceito, como o caso da escalada, do pedestrianismo e do montanhismo (Villaverde, 2007).

De todas estas definições destacamos as suas diferenciações semânticas, pois, apesar de procurarem expressar um significado semelhante, poderão apresentar significados distintos (Dias, 2007). Debruçando-nos sobre a análise conceptual dos diversos termos utilizados, e de acordo um estudo elaborado por Dias (2007) sobre a nomenclatura utilizada pelos praticantes deste tipo de actividades, quando convidados a comentar o termo *Desportos Radicais*, os praticantes de montanhismo referem que este termo contraria a posição assumida pelos montanhistas, pois na sua opinião, esta modalidade assumiria o carácter de competição desportiva como qualquer outra, com vencedores, perdedores, prémios e recordes, criando um conjunto de crenças e valores (competição, regulamentação, comercialização, etc.) que contraria a perspectiva tradicional e as convicções hegemónicas estabelecidas entre a sua comunidade.

Por outro lado, o termo *Desportos de Aventura* assume um carácter vinculativo a termos como o risco e o perigo. Considerando esta perspectiva, alguns praticantes, citados por Dias (2007), negam este termo contrapondo que os riscos existem em todas as modalidades desportivas, e que a taxa de acidentes em modalidades desportivas tradicionais é bastante superior. A exposição ao risco é inerente aos locais de prática de tais desportos, pela sua exposição às intempéries da natureza, decorrendo daí a aventura e o risco que se procura, consumando-se no enfrentar dos desafios naturais, tais como eles se apresentam, e, tal como Dias (2007), consideramos uma redundância encarar tais práticas de aventura.

O termo Desportos de Natureza surge, de acordo com Bessy & Mouton (2004), só no final do século vinte, associado ao aparecimento de novos espaços desportivos na natureza e ao aumento do número de praticantes que, consequentemente, proporcionaram uma maior organização, estruturação e segurança das práticas. Estamos, assim, perante um processo de urbanização da natureza e de naturalização da cidade (Moreira, 2007).

A relação com a natureza é de facto o elo fundamental que caracteriza os praticantes destas modalidades numa espécie de imaginário de retorno à natureza, na busca da liberdade e integração na e com a natureza. Estas modalidades estabelecem relações com temas como a natureza e a ecologia, pois entre os praticantes e a imagem pública surge a ideia de associar estas práticas à preservação da natureza e ao ambientalismo. Desta forma, a natureza contempla as características de aventura e de risco, dimensões definidas pelos praticantes como os principais factores de motivação para a prática (Dias, 2007). Associado ao termo desporto, optamos por utilizar o termo natureza para designar as práticas corporais que decorrem em meio natural, pois entendemos que é aquele que poderá delimitar todas as suas dimensões, agrupando numa só definição este

conjunto de modalidades desportivas.

A natureza é apresentada como uma proposta que pretende envolver o desporto como uma prática que estabelece relações intersubjectivas com os praticantes, com a finalidade de eles poderem extrair prazer dessa interacção, e na medida em que a própria natureza é apontada como uma das suas motivações principais, onde os seus simbolismos são permeados por uma espécie de mitologia do reencontro com a natureza selvagem.

A relação com a natureza poderá ter, na opinião de Moreira (2007), duas vertentes: a) uma de interesse ecológico, com a descoberta, identificação, análise do envolvimento natural, tendo como objectivo a conservação e o equilíbrio da mesma e; b) a actividade física, onde o confronto com a natureza e a sua exploração é efectuada através do domínio de diferentes técnicas.

Em relação ao termo natureza, utilizado para designar estas práticas, não poderemos deixar de considerar, pelo menos, as seguintes dimensões: 1) o seu maior ou menor grau de aventura pela exposição aos riscos objectivos, consoante o local de prática; 2) a modalidade praticada e o grau de experiência dos praticantes; 3) o carácter ecologista que está presente nestas modalidades e; 4) as características de evasão presentes na maioria das modalidades, a procura da emoção, a fuga à rotina e ao stress do dia a dia.

Os espaços ao ar livre em contacto com a Natureza são, de facto, o cenário comum a estas práticas, normalmente em zonas rurais ou em áreas protegidas, próximas dos locais habituais de residência ou em locais mais afastados, onde se tenha a necessidade de realizar deslocações turísticas. Tais práticas associadas ao lazer, assumem-se como um potencial factor de desenvolvimento do turismo, constituindo uma das modalidades do Turismo de Natureza e um dos 10 produtos estratégicos do turismo em Portugal (PENT, 2006) e é, muitas das vezes, um dos principais garantes de sustentabilidade, em especial nas zonas rurais deprimidas.

As práticas de Desportos de Natureza actuam, em especial no âmbito do lazer turístico, como um agente de mudança, trazendo inúmeros impactos às condições económicas regionais, às instituições sociais e à qualidade ambiental (Mings & Chulikpongse, 1994). Estes impactos resultam de um processo complexo de interacção entre os praticantes e os destinos de prática, incluindo as comunidades receptoras, e resultam das diferenças sociais, económicas e culturais entre a população residente e os praticantes (WTO, 1993). Por vezes, tipos similares de práticas podem originar impactos diferentes. A extensão destes impactos depende não só da quantidade, mas também do tipo de praticantes que se deslocam a esse destino (Mathieson & Wall, 1996) e da natureza das sociedades em que ocorrem (Rushmann, 1999).

O desenvolvimento dos Desportos de Natureza, com um carácter sustentável, é um

processo com tripla acção (WTO, 1993): i) a sustentabilidade sociocultural, que permite que o controle e a gestão dos recursos disponíveis sejam efectivados localmente pelas populações autóctones, de acordo com os traços culturais e os padrões valorativos de referência; ii) a sustentabilidade ecológica, que garante a adequação entre o desenvolvimento e a preservação ambiental e; iii) a sustentabilidade económica, que permite a eficiência económica sem ameaçar o crescimento futuro.

De acordo com Brito (2004: 122), (...) *a relação entre as três dimensões é conseguida, através da garantia de preservação ambiental, atribuindo autonomia às comunidades locais, respeitando a cultura e os valores de origem, reforçando a identidade comunitária, salvaguardando o desenvolvimento económico mediante a gestão dos recursos disponíveis, assegurando a sua utilização pelas gerações futuras.*

3. Desportos de Natureza: uma definição para as práticas corporais em meio natural

Após esta reflexão pretendemos assim designar as práticas corporais que decorrem em meio natural como “Desportos de Natureza”. Para a compreensão deste conceito em muito contribuiu a definição estabelecida pela legislação em vigor que considera actividades de Desportos de Natureza como *todas as que sejam praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza* (Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, Alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março), e *aquelas cuja prática aproxima o homem da natureza de uma forma saudável e seja enquadrável na gestão das áreas protegidas e numa política de desenvolvimento sustentável*. Constituem actividades e serviços de desporto de natureza as iniciativas ou projectos que integrem: pedestrianismo, montanhismo, orientação, escalada, rappel, espeleologia, balonismo, parapente, asa delta sem motor, bicicleta todo o terreno (BTT), hipismo, canoagem, remo, vela, surf, windsurf, mergulho, rafting, hidrospeed, e outros desportos e actividades de lazer cuja prática não se mostre nociva para a conservação da natureza (Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto).

Face à reflexão apresentada, propomos que a definição de Desportos de Natureza considere que estes sejam:

- todas as actividades físicas e corporais que se realizam em contacto directo com a natureza, apresentando um formato organizado ou não, que tenham por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais, o intuito de recreação e lazer ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis, e que contribuam para a sustentabilidade do desenvolvimento local, nas dimensões ambiental,

económica e sociocultural.

Esta nossa definição e este debate conceptual não terminam aqui. A necessidade de aprofundamento da nossa reflexão causada por uma limitação temporal, mas também pela necessidade de uma plural confrontação ideológica que contribuirá, por certo, para a construção de novas dimensões de análise deste novo fenómeno desportivo em tão vertiginosa e acelerada mudança.

Bibliografia

- Araújo, M. P. (1983). A educação mesológica: contribuição das actividades físicas de ar livre e exploração. *Ludens*, 7, (2), 29-36.
- Bessy, M. & Mouton, M. (2004). Du plein air au sports de Nature. Nouvelles pratiques nouveaux enjeux. *Revue Education Physique et Sport*, 309, 67-72.
- Betrán, J. (2003). Rumo a um novo conceito de ócio na Espanha. In A. Marinho & H. Bruhns, (org.), *Turismo, lazer e natureza* (pp. 157-202). São Paulo: Editora Manole.
- Betrán, J. & Betrán, A. (1995a). La crisis de la modernidad y el advenimiento de la posmodernidad: el deporte y las prácticas físicas en el tiempo de ocio activo. *Apunts*, 41, 10-29.
- Betrán, J. & Betrán, A. (1995b). Propuesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los criterios elegidos. *Apunts* 41, 108-123.
- Boyero, R. & Serna, C. (2002). Aproximación taxonómica de las actividades físicas en la naturaleza en centros educativos. *Retos. Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte e Recreación*, 1, 6-14.
- Brito, B. (2004). *Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe*. Tese de doutoramento apresentada no ISCTE.
- Brohm, J. M. (1976). *Sociologie politique du sport*. Paris: Jean-Pierre Delarge.
- Conselho da Europa (1992). *Carta Europeia do Desporto*. Rhodes: Reunião da Comissão dos Ministros do Conselho da Europa.
- Costa, L. (2007). Princípios do esporte para todos. In A. Almeida & L. DaCosta, (Eds), *Meio ambiente, esporte, lazer e turismo. Estudos e pesquisa no Brasil: 1967-2007* (pp. 97-99). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.
- Dias, C., (2007). Notas e definições sobre esporte, lazer e natureza. *Licere*, 10, (3), 1-36.

- Dias, C., Melo, V., & Júnior, E. (2007). Os estudos dos esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 7, 3, 358-367.
- Dias, C. & Júnior, E. (2006). Conceptual notes regarding the sports in nature. *The FIEP bulletin*, 76, 141-144.
- Gomes, R. (2008). Habeas corpus. In D. Rodrigues (Org.), *Os valores e as atividades corporais* (pp. 147-178). São Paulo: Summus Editorial.
- Lacroix, G. (1985). Les sports de glisse. *Revue Education Physique et Sport*, 194, 6-9.
- Le Scanff, C. (2000). *Les aventuriers de l'extrême*. Paris: Calmann-Lévy.
- Marivoet, S. (2002). *Aspectos sociológicos do desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ministério do Ambiente. Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto. *Diário da República*, I Série-B, 200, 5932-5937.
- Mathieson, A. & Wall, G. (1996). *Tourism – economic, physical and social impacts*. London: Longman.
- Mings, R. C. & Chulikpongse, S. (1994). Tourism in far southern Thailand: a geographical perspective. *Tourism Recreation Research*, 19, (1), 25-31.
- Ministério da Economia e da Inovação. Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, Alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março. *Diário da República*, I SÉRIE-A, 59, 2112-2128.
- Ministério da Economia e da Inovação (2006). *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)*. Diário da República, I.ª Série, 67.
- Miranda, J., Lacasa, E. & Muro, I. (1995). Actividades físicas en la naturaleza: un objeto a investigar. Dimensiones científicas. *Apunts*, 41, 53-69.
- Moreira, M. (2007). *Matriz de análise das tarefas desportivas. Sistema de classificação estrutural – modelo taxinómico do surf*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Nutricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.
- Pires, G. (1994). Do jogo ao desporto. Para uma dimensão organizacional do conceito de desporto. Um Projecto Pentadimensional de Geometria Variável. *Ludens*, 14, (1), 43-60.
- Pires, G. (1995). Mudança social e gestão do desporto. *Ludens*, 15, (4), 21-63.
- Pociello, C. (1983). *Sports et société: approche socio-culturelle des pratiques*. Paris: Editions Vigot.
- Rushmann, D. (1999). *Turismo e planeamento sustentável – a protecção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus Editora.
- Sobral, F. (1985). *Introdução à educação física*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tomlinson, J. (1997). *Enciclopédia básica sobre desportos radicais*. Porto: Edinter.

- Vigarello, G. (1986). *D'une nature... l'autre: les paradoxes du nouveau retour*. In C. Pociello, *Sports et société: Approche socio-culturelle des pratiques* (pp. 239-247). Paris: Editions Vigot.
- Villaverde, S. (2003). Reflectindo sobre lazer/turismo na natureza, ética e relações de amizade. In A. Marinho, & H. Bruhns (org.), *Turismo, lazer e natureza* (pp. 53-73). São Paulo: Editora Manole.
- WTO (1993). *Sustainable tourism: guide for local planners*. Madrid: Tourism and the Environmental Publication.

Correspondência

Ricardo José Espírito Santo de Melo
Escola Superior de Educação Coimbra
Praça Heróis do Ultramar – Solum,
3030-329 Coimbra, Portugal
ricardo.es.melo@gmail.com